

Novas debêntures vão render CZ\$ 60 bilhões

O presidente do Banco Central, Fernando Milliet, anunciou que os bancos comerciais terão, a partir de agora, prazo de um ano para adquirir novas debêntures conversíveis em ações de empresas nacionais, aproveitando a resolução aprovada ontem pelo Conselho Monetário. Na sua opinião, haverá um potencial de CZ\$ 60 bilhões à disposição dessas companhias. "O saneamento de empresas é um primeiro passo para novos investimentos", argumentou Milliet.

Juntamente com o projeto de conversão da dívida em investimento, a alteração no recolhimento compulsório dos bancos — de forma a permitir-lhes comprar debêntures — foi o principal tema discutido na tarde de ontem pelo CMN. "Os bancos é que terão a responsabilidade pela aprovação dos créditos, não havendo nenhum tipo de envolvimento do Governo, sem contar que, como não teremos suprimentos do Tesouro, também não ocorrerá expansão monetária", explicou o presidente do BC.

Conforme admitiu, "uma série de empresas" vem apresentando "problemas sérios de endividamento". Ele garantiu que a decisão de ontem do CMN (que foi uma idéia transmitida pelo presidente da República ao ministro da Fazenda) é "uma solução de compromisso", para reajustar as empresas nacionais a um novo perfil de endividamento.

Fernando Milliet assegurou que os bancos privados terão interesse em integrar o programa, pois "o alongamento das linhas de crédito é adequado". De acordo com a proposta aprovada no CMN, as companhias que lançarem novas debêntures deverão pagar como encargo correção monetária mais 6% de juros.

Orçamentos — Ontem, o CMN aprovou também os orçamentos das instituições financeiras públicas federais, para o exercício de 1987. São elas: BNDES, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco do Nordeste do Brasil, Banco da Amazônia, Sistema Meridional, Banco Nacional de Crédito Cooperativo e Banco de Roraima.

O CMN decidiu também prorrogar, até o dia 30 de dezembro, o prazo para formalização de ajustes dos encargos financeiros de mutuários do crédito rural. Em caráter excepcional, o conselho autorizou a elevação dos limites de endividamento dos estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais, para que possam emitir, respectivamente, títulos estaduais no montante de CZ\$ 3 bilhões 600 milhões e CZ\$ 3 bilhões 871 milhões. O Estado de Mato Grosso do Sul também foi autorizado a contratar operação de crédito no valor de CZ\$ 6 bilhões 367 milhões, junto à Caixa Econômica Federal.